

São as cidades médias responsáveis pelo espraiamento espacial da riqueza nacional?¹

Cristiano Stamm²

Yonissa Marmitt Wad³

Jefferson Andronio Ramundo Staduto⁴

RESUMO

O presente artigo mostra a evolução das cidades médias no Brasil entre os períodos de 1970 a 2000. A análise desse tipo de cidade é fundamental para elaboração de políticas públicas inerentes à contenção dos fluxos migratórios em direção aos grandes centros urbanos do país e para o planejamento regional, ou seja, na aplicação de políticas de desenvolvimento local, visando à desconcentração urbana e financeira do país. No exame dos resultados evidenciou-se o aumento das cidades médias, tanto em números absolutos como na participação da população total, fatos esses explicados principalmente pela desconcentração industrial por parte do Estado de São Paulo, causando assim um maior espraiamento das cidades médias pelo interior do território brasileiro e, conseqüentemente, num maior espraiamento da riqueza nacional.

Palavras-chave: Cidades Médias, Urbanização, Regiões Metropolitanas, Censo Demográfico, Brasil.

¹ Artigo apresentado no IV Encontro Paranaense de Economia - ECOPAR, 2005 em Toledo – PR.

² Economista e Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Campus de Toledo). E-mail: stamm_br@yahoo.com.br

³ Doutora em História pela PUC-SP. Professora Adjunta do Colegiado do Curso de Ciências Sociais e do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Unioeste/Campus de Toledo. Rua da Faculdade, 645 – Jardim La Salle. CEP: 85903-000. Toledo – Paraná – Brasil. E-mail: yonissa@unioeste.br

⁴ Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Professor Adjunto do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas e do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Unioeste/Campus de Toledo. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC). Rua da Faculdade, 645 – Jardim La Salle. CEP: 85903-000. Toledo – Paraná – Brasil. E-mail: staduto@unioeste.br

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar o processo de evolução das cidades médias brasileiras, num contexto geral, analisadas entre 1970 a 2000. Considerou-se como marco inicial a década de 1970, período em que havia insuficiência de centros urbanos intermediários⁵ dinâmicos. O ano de 2000 é o marco final por proporcionar o último censo demográfico apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principal fonte de dados do presente artigo.

Os dados do censo de 2000 revelaram a importância das cidades médias brasileiras, havendo evidências de um processo de desconcentração dos grandes centros. As cidades médias deveriam intensificar as suas atenções em adotar políticas para organizar esse processo ou mesmo ampliar essa potencialidade à medida que: a) foram, até então, e desde a década de 1970, as grandes responsáveis pelo espraiamento espacial da população no país; e b) apresentam, ante os centros urbanos de menor porte, condições (vantagens locacionais) para sediar aqueles setores de atividade com “tendência à interiorização” (no sentido de estarem se retirando dos grandes centros urbanos) (AMORIM FILHO e SERRA, 2001).

Para alcançar o objetivo proposto neste artigo, optou-se pela classificação de cidades médias como sendo o conjunto de municípios cuja população residente situava-se entre 100 mil a 500 mil habitantes, presentes nos censos demográficos de 1970 e 2000. Vale ressaltar que o enfoque está sobre as cidades médias ao invés das cidades pequenas, porque é inevitável a necessidade de uma escala mínima urbana. Neste artigo especulou-se sobre um possível “novo papel” reservado às cidades médias brasileiras na atual ordem econômica nacional e mundial.

Além dessa parte introdutória, este artigo consta de mais quatro seções. Na segunda parte foram feitos alguns apontamentos sobre o processo de urbanização, procurando evidenciar alguns atributos das cidades médias. Em seguida foi exposta, em esboço, algumas considerações sobre as cidades médias. Na terceira parte deste artigo, evidenciou-se a evolução e o espraiamento das cidades médias no Brasil, mostrando seu surgimento e sua importância dentro da esfera econômica nacional. As considerações finais sumariam este artigo.

Enfoques sobre o processo de urbanização

Nesta seção, procurou-se descrever o processo de urbanização de maneira geral, e no Brasil, para podermos entender a complexidade da formação das cidades, e especialmente das cidades médias.

De acordo com Sandroni (2002, p. 622), a urbanização é o “processo social que consiste na liberação de indivíduos das atividades de plantio e coleta de

⁵ Em 1970, frequentemente classificavam-se as cidades médias, ou intermediárias, como aquelas com população entre 50 mil e 250 mil habitantes (ver Andrade e Lodder, 1979).

alimentos". O autor relata que a urbanização aumentou consideravelmente, no século XX, com a forte migração rural-urbana, e que, a partir da segunda metade deste século, os países em desenvolvimento praticamente mantiveram altas taxas no crescimento da urbanização. Assim, segundo Moura (2004), quando se fala em crescimento da urbanização, se associa o crescimento à proporção populacional do urbano em relação ao rural. Dentro desse ponto de vista, este trabalho partiu do entendimento para os problemas em questão de que a urbanização é a transformação do indivíduo do espaço natural ou rural para o espaço urbano.

Definido o conceito de urbanização, pode-se inferir que esse processo não é um fato novo, podendo ser associado às sociedades mais antigas que mostravam forte densidade populacional, como por exemplo, a Mesopotâmia, por volta de 3.500 a.C., o Egito em 3.000 a.C., a China e Índia, em 3.000-2.500 a.C.. Nesses momentos em que as sociedades descobriram novas técnicas de produção e passaram a produzir mais que o necessário para sobrevivência (MUMFORD, 1982).

Ao longo do tempo e da história, podemos também vincular a urbanização à primeira revolução industrial, movimento que estava relacionado a um processo de organização do espaço, inserido no desenvolvimento da produção capitalista. Até esse período,

(...) o emprego em atividades especializadas destacava basicamente o comércio atacadista, as funções de abastecimento (em particular o abastecimento alimentar) e a administração da região. A industrialização permitiu alargar o horizonte econômico das cidades, graças às economias de escala, que permitiram abastecer mercados cada vez mais distantes. Ao mesmo tempo, cresceu o emprego nos diversos ramos do setor terciário, em particular nos serviços às empresas (IPEA et al., 1999, p. 61).

A industrialização se tornou uma passagem importante na intensificação do processo de urbanização mundial. Nesse contexto, Castells (1983) relata que foram dois os fatos fundamentais para o processo de industrialização. O primeiro estaria ligado à decomposição prévia das estruturas sociais agrárias e à emigração de grande parte dessa população para os grandes centros urbanos, criando um grande exército industrial de reserva, essencial para a industrialização; o segundo fato seria a passagem de uma economia de subsistência para uma economia manufatureira, e, posteriormente, para uma economia de fábrica (CASTELLS, 1983). Esses eventos acarretaram certa concentração de mão de obra, a criação de um mercado e a constituição de um setor industrial, em algumas regiões, principalmente naquelas regiões onde se agrupava grande parte da população, normalmente onde hoje se encontra as grandes metrópoles. Assim, as cidades que detinham mão de obra abundante e, conseqüentemente, mercado consumidor, atraíram as indústrias que, por sua vez, geravam emprego e criavam necessidades de outros serviços. Foi dessa maneira, segundo Castells (1983), que o setor industrial estimulou e intensificou o processo de urbanização nesses centros.

Lefebvre (1999) afirmou que a urbanização é um resultado do processo de industrialização, e é o fenômeno dominante. Quando, as cidades entraram no processo de industrialização o espaço urbano, teoricamente, entrou num processo de crescimento, planejamento e especulação urbana. Segundo Lefebvre (1999), foi desse modo que a urbanização cresceu em importância ao longo dos tempos e, devido à alta concentração populacional, o setor terciário foi sendo priorizado, até o ponto que deixou de se subordinar ao processo de industrialização, mas isso não significa que a industrialização deixou de ter importância. Porém, segundo Castells (1983, p. 24), a urbanização também apresentou certas problemáticas, inseridas no âmbito da economia mundial, através: “da aceleração do ritmo de crescimento da própria urbanização; da concentração desse crescimento urbano nas regiões ditas como subdesenvolvidas, sem correspondência com um crescimento econômico adequado; do aparecimento de novas formas urbanas (como as grandes metrópoles ou megalópoles); e, da relação do fenômeno urbano com as formas de articulação social, devido ao sistema capitalista”. Não obstante, Lefebvre (1999), assim como Castells (1983), sustentava que essa problemática é de nível mundial, mas a maneira de abordá-la, segundo o autor, depende da estrutura econômica, social e política de cada país, assim como das superestruturas ideológicas impostas pelo capitalismo. Dessa forma, cada país cria o seu mecanismo para melhor se adaptar às condições impostas pelo capitalismo, que passou a convergir diferentes olhares e a priorizar o meio urbano.

Por outro lado, segundo Castells (1983), a urbanização trouxe o predomínio do setor terciário como motor propulsor do crescimento econômico, após a evolução da sociedade industrial, caracterizando uma nova fase da urbanização mundial, praticamente, ocorrida a partir da década de 1960 nos países desenvolvidos e, anos mais tarde, nos países em desenvolvimento. Para Sassen (1998), esse predomínio, do setor terciário, está associado à intensidade cada vez maior dos serviços em se tratando da organização industrial. Desse modo, a prestação de serviços passou a englobar as:

(...) questões financeiras, legais e de gerenciamento geral; inovação; desenvolvimento; projetos arquitetônicos; administração; pessoal; tecnologia da produção; manutenção; transporte; comunicações; distribuição de vendas por atacado; publicidade; serviços de limpeza para as empresas; segurança e armazenamento. Os principais componentes da categoria da prestação de serviços são uma cadeia de indústrias que atende ao mesmo tempo um mercado consumidor e empresarial: seguros, atividades bancárias, serviços financeiros, atividades imobiliárias, serviços legais, contabilidade e associações profissionais (SASSEN, 1998, p. 78).

Desde então, a utilização cada vez maior do setor de serviços, por parte das empresas industriais, vem causando transformações espaciais intensas, traduzidas no aumento considerável da população, na distribuição das atividades econômicas e sociais. Dessa forma gerando uma relativa especialização em seu interior e nas regiões (ANTICO, 2000).

Segundo Maricato (2001), existe uma gama de autores que tratam das características concentradoras do processo da urbanização no Brasil, e também nos países da América Latina. Nesse contexto de urbanização, segundo a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL, os países que compõem a América Latina e o Caribe formam a:

(...) región en desarrollo más urbanizada del mundo: 380 millones de personas viven en las ciudades y 127 millones en las zonas rurales, y su nivel de urbanización llegó a un 75% en el 2000. Las ciudades tienen hoy enormes rezagos de infraestructura, institucionalidad y base productiva, además de una aguda desigualdad en la distribución de los bienes y servicios entre sus residentes. La “urbanización de la pobreza” es un fenómeno propio de la región, ya que en Asia y África la mayoría de los pobres aún vive en el campo (CEPAL, 2000, p. 1).

Conforme a Cepal (2000), cerca de 52 cidades, nessa região, apresentavam uma população superior a um milhão de pessoas no ano de 2000 e algumas dessas cidades são consideradas cidades globais pela sua densidade populacional e dinâmica econômica, pois são cidades de grande porte que chegam a abrigar mais de cinco milhões de habitantes. Já as cidades intermediárias (cidades médias) mantiveram um dinamismo demográfico sobressalente. Se forem comparadas com as cidades de grande porte, elas apresentavam em muitos casos um maior potencial de desenvolvimento urbano sustentável (nesse caso a Cepal considerou cidades médias aquelas que tinham uma população superior a 50.000 habitantes e inferior a 1 milhão de habitantes).

Segundo a Cepal (2000, p. 1), na América Latina e no Caribe, principalmente na década de 90, consolidou-se

(...) la tendencia a la desaceleración del ritmo de crecimiento de la población urbana, al bajar su crecimiento vegetativo debido a la transición demográfica que se vive y al reducirse la migración desde el campo. (...) Otro cambio se refiere a la migración del campo a la ciudad, que ya no es la forma predominante de desplazamiento poblacional. Ahora prima la interurbana: entre los distintos estados, entre ciudades, a otros países. Situaciones de violencia, como las que sufre Colombia o la que afectó a Guatemala, generan un desplazamiento de grandes masas de población rural o semi rural. En Colombia, cifras no oficiales estiman en alrededor de un millón a los desplazados.

A característica negativa das atuais cidades latino-americanas e do Caribe é a segregação, ou seja, os ricos se isolam em bairros afastados do centro visando à qualidade de vida e a tranquilidade. Por sua vez, os pobres vivem em áreas de riscos com precárias condições de moradias, normalmente longe do seu local de trabalho. Outras características negativas colocadas pela Cepal (2000, p. 1) foram que

(...) se han debilitado los mecanismos tradicionales de integración como la enseñanza pública, los sistemas de salud pública o, incluso, los lugares centrales de recreación y cultura. La informalidad habitacional ha aumentado en algunas ciudades sudamericanas. En Lima, más del 40% vive ahora en asentamientos ilegales; en Quito es el 50%. En Venezuela, el 48% de la superficie construida en Maracaibo corresponde a inmuebles asentados ilegalmente. En Rio de Janeiro y Belo Horizonte, la población "favelada" es de 20%, en São Paulo, de 22% y en Recife, de 46%. La propiedad de la vivienda en el Caribe, en cambio, es alta: entre el 60% y 80%.

Santos (1993) afirmava que o processo de modernização capitalista e de desenvolvimento do interior dos países explicava o comportamento estrutural das grandes cidades, sobretudo a pobreza que faz parte dessa região latina. Para o autor, é na metrópole que encontramos, ao mesmo tempo, a modernização das atividades econômicas e uma expansão da pobreza. Esse fenômeno de modernização e pobreza, num mesmo espaço geográfico, passou a ser chamado por Santos de "involução metropolitana"⁶. Está ocorrendo, no período contemporâneo, um processo de desconcentração industrial seguido de uma descentralização das atividades produtivas. Devido às facilidades dos meios de comunicação e transporte, as empresas estão se interiorizando. Procuram se instalar longe das grandes aglomerações, visando, principalmente, à isenção de impostos e ao acesso à mão de obra qualificada e, de preferência, não ligada às forças sindicais (STAMM, 2003). Dessa maneira, as cidades médias e pequenas do interior estão crescendo proporcionalmente mais que as metrópoles, fato que pode ser relacionado indiretamente com a involução metropolitana do país.

Segundo Maricato (2001, p. 16), "o Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX". Para isso, houve forte contribuição das migrações internas nos anos 1980. Os deslocamentos intra e interestaduais e intrarregionais colaboraram para a consolidação das transformações e tendências populacionais no interior dos estados e da mudança da urbanização nacional como um todo, visto que nos anos 1960, esses deslocamentos foram caracterizados pelo esvaziamento populacional do interior em direção às metrópoles, principalmente ao eixo São Paulo-Rio (SANTOS, 2005).

Esses deslocamentos intraurbanos, ocorridos nos anos 1980, revelam, assim, mudanças no padrão de urbanização no Brasil. Algumas dessas mudanças estavam relacionadas ao crescimento das metrópoles que diminuíram ao longo dos anos. Por outro lado, segundo Maricato (2001), as cidades de médio, ou seja, aquelas cidades, cuja população encontra-se entre 100 mil e 500 mil habitantes, cresceram com taxas superiores ao crescimento das metrópoles.

⁶ Segundo Santos (1993, p. 75), "a evidência empírica nos permite falar, no Brasil, de "involução metropolitana" devida, em boa parte, à capacidade de atração dos pobres pela metrópole, onde vem engrossar uma demanda de empregos formais e de serviços urbanos que a cidade do capital monopolista não atende".

Segundo Baeninger (2000), esse processo acelerado de urbanização que vem ocorrendo no Brasil, nos últimos anos, vem imprimindo marcas importantes no processo de distribuição espacial da população nacional. Para a autora, esse acelerado processo contribuiu para a concentração metropolitana e, ao mesmo tempo, para a expansão da rede urbana, com o crescimento dos centros e subcentros regionais além do crescimento de população urbana em cidades de diferentes tamanhos. Segundo Ebanks (1993 apud BAENINGER, 2000, p. 133), “os altos índices de urbanização são resultados de processos complexos. Esses níveis, por sua vez, têm se convertido, em muitos aspectos, em forças impulsoras de mudanças (...) podendo afetar as correntes e os volumes de migrantes internos”.

No início dos anos 1990, Santos (2005, p. 11) analisou o processo de urbanização brasileira e destacou que

Ao longo do século [...] o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com a pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregados, e o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação.

A urbanização nas grandes cidades passou de forma indireta a fazer parte de uma construção de cidades, de forma ilegal, ou seja, sem a participação dos governos, ajuda financeira ou pessoal, pois estavam aptos para fazer o planejamento (MARICATO, 2001). Para Maricato, esse processo levou ao aumento considerável de favelas, no Brasil, habitadas por milhares de pessoas descapitalizadas, na maior parte sem acesso à educação e sem as mínimas condições sanitárias básicas e, principalmente, ainda fora do mercado de trabalho formal. Dessa forma, Maricato (2001, p. 39) sintetizou o processo de urbanização e enfatizou que o mesmo “se apresenta com uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente”.

Por outro lado, segundo Moura (2004), a urbanização brasileira, num período recente, tem-se caracterizado pela difusão espacial da modernização em termos de capitais, tecnologia e novas formas de organização. A urbanização possibilitou uma maior mobilidade dos fatores de bens e serviços no país, e nessa atual fase a urbanização do território nacional apresenta múltiplas implicações, tais como o ritmo de crescimento mais lento das metrópoles e cidades milionárias e, concomitantemente a essa tendência, confirmando as palavras de Maricato (2001), o crescimento das cidades locais e das cidades médias (ALMEIDA, 2005b).

Nesse sentido, a urbanização e o sistema urbano são considerados no estudo como síntese de um longo processo de mudança territorial do país, no qual a dinâmica e as alternativas de localização das atividades econômicas têm um importante papel indutor, entendendo-se a urbanização como parte integrante dessas determinações. Assim, a próxima seção apresenta algumas considerações

sobre as cidades médias brasileiras, tendo em vista o processo de urbanização brasileiro.

Algumas considerações sobre as cidades médias

Os primeiros estudos sobre a importância das cidades médias no Brasil datam da década de 1970. Nesse período se definiam os centros urbanos de porte médio como aqueles que possuíam alguns atributos⁷, tais como:

- interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado; suficientes, sob outro ponto, para desempenharem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas;
- capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio da oferta de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
- condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que envolve; e
- diferenciação do espaço intraurbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos.

Em outras palavras, cidades médias seriam aquelas cidades cuja população total estivesse entre 50 mil e 250 mil habitantes que englobariam, no período destacado, teoricamente, todos os atributos requeridos anteriormente (AMORIM FILHO e SERRA, 2001). Mas, certamente, ocorreram modificações nas funções típicas das cidades médias, principalmente, devido às transformações e às evoluções do sistema urbano vigente no início dos anos 90 (SANTOS, 2005). Atualmente, os limites demográficos na maioria dos estudos foram ampliados, pois o que definia cidades médias há décadas atrás não satisfaz mais à atual configuração socioeconômica.

Existem vários autores que tratam da questão das cidades médias e, através de seus estudos, pode-se notar que é difícil chegar a uma definição. No entanto, se for considerado apenas o fator populacional, pode-se destacar algumas posições. Na visão da CEPAL cidade média é considerada como sendo aquela cidade que apresenta uma população entre 50 mil e 1 milhão de habitantes; já para Soares (2005), as cidades médias são representadas por um tamanho populacional entre 200 mil a 1 milhão de habitantes; por sua vez Maricato (2001), Brito, Horta e Amaral (2001) entre outros, apresentam um tamanho reduzido de habitantes, ou seja, são as cidades que estão estratificadas entre os limites de 100

⁷ Tais atributos foram sistematizados originalmente por Amorim Filho (1984).

mil e 500 mil habitantes. De modo geral, observa-se que as faixas hierárquicas da rede urbana, também, podem ser expressas por seu tamanho populacional, o que, de certa forma, indica as funções mínimas necessárias para satisfazer à determinada população de um centro urbano. O que se pretende ressaltar com essas faixas hierárquicas é que não existe uma ideia concreta do que seriam as cidades médias (AMORIM FILHO e SERRA, 2001). Segundo esses mesmos autores,

(...) essa inexistência de consenso também ocorre no meio técnico-científico, onde, literalmente, não há uma definição cristalizada de cidade média, uma classificação que pudesse ser utilizada indistintamente pelos sociólogos, economistas, arquitetos, geógrafos, demógrafos, embora dentro de cada especialidade seja possível encontrar algum acordo sobre a matéria (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p. 2).

Santos (2005, p. 82) definiu um limite populacional inferior para as cidades médias, ou seja, 100 mil habitantes. O autor justificou a definição afirmando que "(...) a expansão e a diversificação do consumo, e a elevação dos níveis de renda e a difusão dos transportes modernos, junto a uma divisão do trabalho mais acentuada, fazem com que as funções de um centro regional passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades". Ou seja, em outras palavras, cidade média seria definida pelo nível de complexidade da divisão do trabalho, ou, ainda de maneira reformulada, pela diversificação de bens e serviços ofertados localmente.

Neste trabalho, optou-se por definir cidades médias como sendo aquelas cidades que dão suporte a uma quantidade importante de atividades relacionadas ao fluxo de bens e serviços que exigem para existir, ou seja, uma população superior a 100 mil habitantes e inferior a 500 mil habitantes.⁸

A relativa importância em dimensionar os parâmetros demográficos definidores do grupo de cidades, que será objeto de análise nos tópicos subsequentes, é justificada pelo aumento considerável do número de cidades, desse porte, principalmente no interior do Brasil nos últimos trinta anos. Outro fator está relacionado à falta de estudos sobre a rede urbana brasileira da década de 1970, ou seja, evidências que comprovariam sua evolução ao longo do tempo.

Não obstante, é importante mencionar o que antecede às cidades médias no Brasil, ou seja, o processo da intensificação e formação das metrópoles nacionais. Esse processo causou uma intensa urbanização, baseada na concentração demográfica e econômica, principalmente entre o eixo Rio-São Paulo (PATARRA et al., 2000).

Os processos de urbanização e de redistribuição espacial da população brasileira foram marcados por enormes volumes migratórios, com o aumento, até

⁸ Esta opção foi embasada pela grande utilização desse parâmetro pelos autores contemporâneos, tais como: Santos (2005), Maricato (2001), Amorim Filho e Serra (2001), Brito, Horta e Amaral (2001), Andrade e Serra (2001a), Lima (1998) entre outros.

os anos 70, do número de estados expulsos de população e com a diminuição dos receptores, resultando em um incremento populacional crescente para o estado de São Paulo (PATARRA et al., 2000), como discutido na seção 2. No entanto, ressalta-se, que no Brasil na década de 1960, a aceleração do fenômeno da urbanização foi uma das principais “responsáveis” pela criação das metrópoles nacionais, institucionalizadas a partir da década de 1970. Segundo Andrade e Serra (2001), outro fator estaria ligado ao elevado crescimento da economia brasileira, nesse mesmo período, principalmente nas capitais regionais. O crescimento espacialmente concentrado fez deflagrar as metrópoles nacionais e ensejou a metropolização de outros importantes centros urbanos no país.

Esse fenômeno, de crescimento da urbanização, pode ser explicado, principalmente, através do aumento do setor de serviços⁹, pois seu crescimento revelou uma mudança estrutural análoga à que ocorreu no período da reorganização da economia rural para a industrial. Assim, conforme relata Kon (1999), os economistas reconhecem que o aumento do setor de serviços é um fenômeno urbano e que em alguns estudos se referem a um forte relacionamento entre a proliferação dos serviços e o amplo processo de urbanização. Essa evolução do processo de urbanização no Brasil pode ser visualizada na Tab. 1 (Gráfico 1), que mostra também a população total e a divisão da população urbana e rural do país.

Tabela 1 – Evolução da população e do grau de urbanização no Brasil (1940-2000)

Ano	População total	População urbana	População rural	Grau de urbanização
1940	41.236.315	12.880.182	28.356.133	31,24%
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.506	36,16%
1960	70.070.457	31.303.034	38.767.423	44,67%
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053	55,92%
1980	119.002.706	80.436.409	38.566.297	67,59%
1991	146.825.475	110.990.990	35.834.485	75,59%
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81,25%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do IBGE (2003).

⁹ Segundo Andrade e Serra (2001b, p. 132), “a paulatina diminuição da População Economicamente Ativa (PEA) industrial, vis-à-vis a ampliação do setor terciário – fatores esses aguçados pelas mudanças nos padrões tecnológicos da chamada III Revolução Industrial –, imprime maiores cuidados na associação mais direta entre os fenômenos de industrialização e urbanização”.

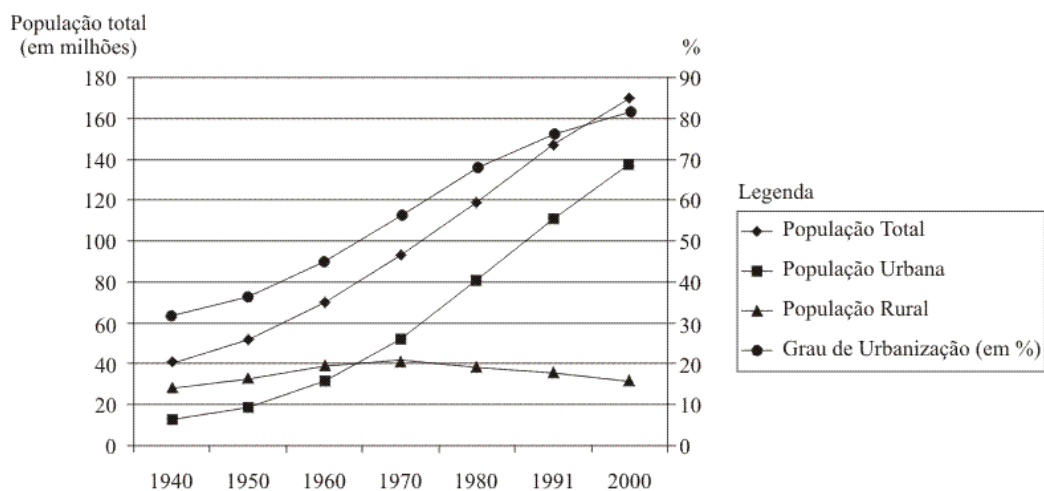


Gráfico 1 – Evolução da população e do grau de urbanização no Brasil (1940-2000)

Fonte: Dados da Tabela 1.

Apesar do aumento considerável da população total (412%), entre o período de 1940 a 2000, é interessante observar que o aumento da população urbana foi de 1.071%, enquanto a população rural cresceu apenas 12,30%. Nesse ponto, evidencia-se a evolução da urbanização brasileira que passou de 31,24%, em 1940, para 81,25%, em 2000, ou seja, o Brasil transformou-se, em algumas décadas, de um país predominantemente rural, num país majoritariamente urbano.

Analisando a Tab. 2, que mostra a evolução das metrópoles nacionais em termos de população no total nacional, se observa uma diminuição do ritmo de crescimento das RMs nacionais, pois após a década de 1950 ampliou-se o número de cidades médias brasileiras, num contexto de redefinição do porte dos núcleos urbanos nacionais (PEREIRA, 2002).

Tabela 2 – População residente nas regiões Metropolitanas – 1970 a 2000*

Regiões Metropolitanas	População residente			
	1970	1980	1991	2000
Belém	656.351	1.000.349	1.401.305	1.794.981
Fortaleza	1.038.041	1.581.588	2.401.878	2.975.703
Recife	1.792.688	2.348.362	2.919.979	3.335.704
Salvador	1.148.828	1.772.018	2.496.521	3.018.285
Belo Horizonte	1.605.663	2.541.788	3.515.542	4.342.367
Rio de Janeiro	7.082.404	9.018.637	9.814.574	10.872.768
São Paulo	8.137.401	12.588.439	15.444.941	17.834.664
Curitiba	820.766	1.441.743	2.063.654	2.725.629
Porto Alegre	1.531.168	2.232.370	3.147.010	3.655.834
Total RMs	23.813.310	34.525.294	43.205.404	50.555.935
Total Brasil	93.139.037	119.002.706	146.825.475	169.799.170
% Rms/Brasil	25,57	29,01	29,43	29,77

Fonte: IBGE (2003).

*Nessa tabela são apresentadas apenas as metrópoles institucionalizadas na década de 1970.

A Tab. 2 evidencia a estagnação relativa da participação percentual da população das RMs no total nacional, cerca de 29%, praticamente, durante duas décadas. Atualmente, uma das principais tendências do processo de urbanização no Brasil é a participação quase estabilizada das regiões metropolitanas na população do país. Foi a partir dessa constatação que se inferiu sobre o processo denominado de desmetropolização. No entanto, segundo Pereira (2002), até o advento da década de 1970, dois centros principais, dinâmicos, tomaram forma na economia brasileira, sendo eles: São Paulo e Rio de Janeiro. Vale ressaltar que a infraestrutura básica existente nessas cidades, as quais estavam ligadas ao comércio internacional, permitiu a localização das indústrias nesses dois principais polos brasileiros e em suas *hinterland*. Logo, a distribuição espacial da atividade econômica no Brasil, até esse período, foi concentrada principalmente nesses dois centros primazes (PEREIRA, 2002).

O fenômeno da desmetropolização tem induzido a difusão dos elementos mais modernos, ou seja, o espraiamento do setor industrial brasileiro. Esse teve, por meio da desconcentração industrial e, também, pela expansão das atividades

uma crise no país, algumas áreas do interior mostraram tendência de crescimento sustentado. Um exemplo é o caso do Estado de São Paulo, “onde a participação do interior na formação da riqueza não para de crescer, ao passo que a da metrópole está em baixa” (SANTOS, 1993, p. 57).

A partir do exposto e de acordo com Andrade e Serra (2001b), é nesse momento do desenvolvimento brasileiro que as cidades médias emergem de uma posição pouco relevante no contexto nacional para uma posição de destaque, evidenciando possíveis lugares de maior eficiência econômica, pois muitas empresas passaram a se instalar no interior do país, principalmente nas cidades desse porte (STAMM, 2003). Alguns dados, conforme o Gráfico 2, confirmam a tendência do “surgimento” e do respectivo aumento das cidades médias no Brasil. Num contexto geral, observa-se uma diminuição do número de cidades com população inferior a 20 mil habitantes, onde residiam em 1940 quase 50% da população brasileira. Apesar das pequenas oscilações, das cidades com população entre 20 mil a 50 mil e as cidades com 50 mil a 100 mil habitantes, essas cidades cresceram num percentual menor, e apresentaram ao longo do período participações relativamente constantes.

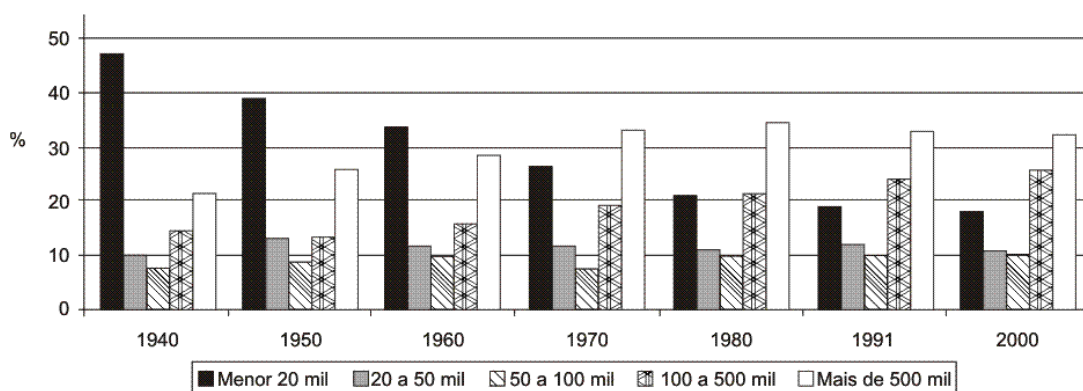


Gráfico 2 – Distribuição da população urbana segundo sua classe de tamanho – 1940 a 2000

Fonte: Brito, Horta e Amaral (2001, p. 6).

Segundo Marinucci e Milesi (2002, p. 3), a redução relativa da migração para as metrópoles pode ser “justificada pela degradação progressiva da vida nas grandes cidades, como comprovado pelo aumento da violência, pela menor oferta de emprego, pelo trânsito caótico, pelas várias formas de poluição e pelo ritmo de vida sempre mais estressante”. As cidades médias tiveram um papel importante com relação à migração populacional para os grandes centros urbanos do país, funcionando como “diques de contenção populacional”.

Na seção seguinte será apresentado, de forma mais detalhada, o processo de crescimento e o espraiamento das cidades médias pelo Brasil, comparando espacialmente dois períodos distintos (1970 e 2000) e suas atuais localizações com a dispersão da rede urbana brasileira demonstrada pelos mapas a seguir.

O espraiamento das cidades médias no Brasil

Após essa breve descrição da evolução da participação das cidades médias no total da população urbana, podem-se evidenciar duas situações no Brasil: a) evolução das cidades médias que estão no entorno e/ou no campo de influência das metrópoles e capitais estaduais; b) evolução das cidades médias interioranas, que se desenvolvem e crescem em áreas não metropolitanas, conforme demonstrado na Tabela 3. No que se refere à compreensão do dinamismo das cidades médias interioranas, destaca-se, fundamentalmente, o papel indutor da desconcentração industrial iniciada na década de 1970, que garantiu ao interior dos estados uma posição melhor no setor secundário, mesmo que muitas das fábricas instaladas descentralizadamente tenham oferecido menores índices de emprego, pelo fato de serem tecnologicamente mais avançadas (SANTOS, 1993). Outro fato que ampliou o grau de urbanização brasileira foi a acentuada modernização agrícola. Para Santos (1993), esses dois movimentos de modernização afetaram positivamente o setor terciário, o interior se terciariza, motivado pela expansão do setor público e da agricultura moderna, levando à maior necessidade de criação de emprego ligado à esfera da circulação e induzindo um maior conteúdo de trabalho intelectual necessário tanto na produção como na regulação da atividade produtiva.

Tabela 3 – Distribuição da população urbana segundo sua classe de tamanho – 1970 a 2000

Cidades	População urbana total (%)			
	1970	1980	1991	2000
Cidades Não Metropolitanas				
< 20.000	25,82	20,92	19,07	18,57
20.000 a < 50.000	9,48	9,91	11,29	10,60
50.000 a < 100.000	5,77	7,40	8,07	8,28
100.000 a < 500.000	10,29	14,84	16,41	17,31
Mais de 500.000	0,00	0,00	2,23	4,25
Total não Metropolitano	51,36	53,07	57,07	59,02
Cidades Metropolitanas				
< 20.000	1,09	0,43	0,27	0,28
20.000 a < 50.000	2,56	1,49	1,15	0,87
50.000 a < 100.000	2,03	3,10	2,16	2,30
100.000 a < 500.000	7,47	6,62	8,02	8,78
Mais de 500.000	1,40	4,19	4,76	4,91
Total Metropolitano (sem Núcleos)	14,55	15,83	16,36	17,15
Núcleos Metropolitanos	34,09	31,11	26,56	23,83
Total Metropolitano	48,64	46,93	42,93	40,98
Total Absoluto da Pop. Urbana	52.097.271	80.436.409	110.990.990	137.697.439

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (dados preliminares) – Tabela extraída de Brito, Horta e Amaral (2001, p. 7).

Vale destacar, na Tab. 3, que até o início da década de 1980, com a “explosão” da população urbana, caminhava-se na direção de uma grande concentração nas grandes cidades, com destaque para aquelas cidades com mais de 500 mil habitantes, ocorrendo, no entanto, a partir dessa data uma relativa estabilização. No decênio de 1980, as cidades médias não metropolitanas apresentaram um ciclo de expansão, deparando-se com uma nova dinâmica em relação às cidades de maior porte, revertendo esse processo de crescimento. As cidades médias cresceram mais intensamente que as cidades com mais de 500 mil habitantes, essas, por sua vez, praticamente estabilizadas nas últimas décadas.

Sendo um pouco mais específico, observou-se que a participação das cidades médias não metropolitanas, ao longo do período, cresceu expressivamente no total da população brasileira de 10,29%, em 1970, para 17,31%, em 2000. Nesse crescimento não foram consideradas as cidades médias (aquelas com população entre 100 mil a 500 mil habitantes) que fizeram parte das regiões metropolitanas, que cresceram apenas 1,31 pontos percentuais, no mesmo período.

O Graf. 3 expressa o crescimento da população urbana residente nas cidades médias não metropolitanas quando comparadas com as cidades médias metropolitanas, fato que evidencia a desconcentração industrial e populacional no país.

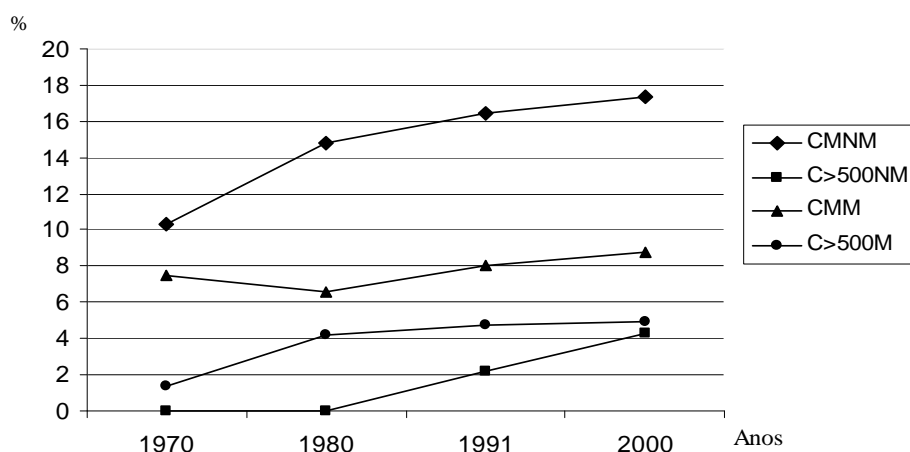


Gráfico 3 – Evolução da população urbana nas cidades médias metropolitanas e não metropolitanas – 1970 a 2000

Fonte: Dados extraídos da Tabela 3.

Notas: CMNM – Cidades Médias Não Metropolitanas

C>500NM – Cidades Médias com mais de 500 mil habitantes Não Metropolitanas

CMM – Cidades Médias Metropolitanas sem os núcleos

C>500M – Cidades Médias Metropolitanas com mais de 500 mil habitantes sem os núcleos

De acordo com o Gráfico 3, as atuais cidades médias não metropolitanas exerceram grande atração de fluxos migratórios e algumas delas atingiram e/ou irão atingir um estágio submetropolitano cuja dimensão varia segundo as dinâmicas de cada região brasileira.

Segundo Andrade e Serra (1997), as cidades médias metropolitanas cumpriram, de certa forma, o papel de acesso aos grandes fluxos migratórios rural-urbanos ocorridos principalmente desde a década de 1950 e que atualmente, apresentam uma menor intensidade. Uma das alternativas dos imigrantes era o seu deslocamento para áreas periféricas do núcleo central da metrópole, devido ao elevado custo de vida, principalmente, das moradias, que os elevava a preferir se fixar nas cidades de menor porte populacional, ou seja, cidades médias metropolitanas.

No que se refere à compreensão do dinamismo demográfico das cidades médias propriamente ditas, isto é, aquelas que se desenvolveram longe das metrópoles, ou, então, chamadas de cidades médias interioranas, apresentou-se, como um dos fatores fundamentais à sua evolução no território nacional, o papel indutor da desconcentração industrial (ANDRADE e SERRA, 1997). Nessa perspectiva de crescimento das cidades médias pode-se alegar que as mesmas não só cumpriram o papel de contenção dos fluxos migratórios que se dirigiam para os grandes centros urbanos, mas também foram, em grande parte, responsáveis pelo espriamento da riqueza nacional, relacionadas ao fato da desconcentração industrial ocorrida no Brasil em décadas anteriores (1970, 1980 e 1990).

A Tabela 4 apresenta dados referentes ao número absoluto de municípios por classe de tamanho e a percentagem de sua respectiva população total. Apesar da emancipação de 1.555 municípios, entre 1970 e 2000, desses 1.149 são municípios de pequeno porte com população de até 20 mil habitantes e a participação da população no total desses municípios diminuiu consideravelmente de 28%, em 1970, para 19,8%, em 2000. Para os municípios do segundo estrato populacional, não foi muito diferente, ou seja, houve um aumento no número de municípios, mas a população total também diminuiu cerca de 10%.

Tabela 4 – Classificação dos municípios segundo sua classe de tamanho – 1970 a 2000

Classe de tamanho dos municípios (mil habitantes)	1970		1980		1991		2000	
	Número abs. de municípios	% na população total	Número abs. de municípios	% na população total	Número abs. de municípios	% na população total	Número abs. de municípios	% na população total
< 20	2.875	28,1	2.758	21,3	3.095	19,6	4.022	19,8
Entre 20 e 50	828	26,4	859	22,1	930	19,2	958	16,9
Entre 50 e 100	158	11,0	236	13,1	281	13,1	303	12,4
Entre 100 e 500	80	15,5	120	19,1	160	21,7	193	23,3
Mais de 500 mil	11	19,0	18	24,4	25	26,5	31	27,6
Total Brasil	3.952	100,0	3.991	100,0	4.491	100,0	5.507	100,0

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2000.

O aumento dos municípios com população acima de 100 mil habitantes que, em 1970, representavam 2,3% do total de municípios do Brasil, com cerca de 34,5% da população nacional, passou, em 2000, para 4,07% do total desses municípios e representou mais da metade da população total nacional (50,9%). Esse aumento pode ser explicado por dois motivos: o primeiro estaria ligado ao setor primário brasileiro, que, em 1970, vislumbrou uma mudança tecnológica, através da incorporação de culturas tecnificadas e da utilização de insumos modernos, advinda do complexo industrial de base agropecuária, levando nesse caso ao êxodo rural; e o segundo, devido à atração de um grande contingente populacional pelo potencial das indústrias que surgiam no Brasil, nas cidades desse porte.

Os Mapas 2 e 3 expressam claramente o espraiamento desses municípios no Brasil para os períodos de 1970 e 2000, respectivamente. Os mapas apresentam apenas as cidades médias no período, ou seja, aquelas cidades cuja população se encontrava entre 100 mil e 500 mil habitantes para cada período. Em 1970, o total de cidades médias era de 80 mais o Distrito Federal. Em 2000, esse total aumentou para 193 cidades.

É importante destacar que algumas cidades que aparecem no Mapa 2, em 1970, não aparecem no Mapa 3, em 2000. Isso ocorreu, a princípio, devido a três fatores: a) porque algumas cidades apresentaram um forte poder de atração populacional fazendo com que tais cidades ultrapassassem o limite superior de 500

mil habitantes; b) por serem cidades essencialmente agrícolas e na década de 70 ocupavam muita mão de obra, e essas, por sua vez, perderam população por causa, principalmente, do êxodo rural devido à mecanização da agropecuária, ficando assim abaixo dos 100 mil habitantes; e, c) por serem cidades com grandes proporções territoriais e com inúmeros Distritos Administrativos, que, por sua vez puderam ser desmembrados e emancipados, ocasionando o surgimento de novos municípios.



Mapa 2 – Espriamento das cidades médias no Brasil – 1970

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE – ESTATCART e Censo Demográfico (1970) – Malha municipal digital do Brasil de 1997.



Mapa 3 – Espriamento das cidades médias no Brasil – 2000

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE – ESTATCART (2002) e Censo Demográfico (2000) – Malha municipal digital do Brasil de 1997.

Na comparação dos Mapas 2 e 3, observa-se certa descentralização e/ou espriamento das cidades médias no Brasil, pois em 1970 era um aglomerado basicamente formado pelas regiões Sul e Sudeste que juntas representavam 71,25% do total das cidades médias do Brasil que, na época, somavam um total de 80 municípios. No entanto, no ano de 2000, esse percentual das regiões Sul e Sudeste diminuiu para 68,39%, podendo dizer que esse fato se torna um indício do espriamento das cidades médias pelo Brasil, que atualmente somam 193 municípios.

Segundo Silveira (2003, p. 34),

(...) uma outra característica atual da urbanização brasileira diz respeito ao fortalecimento das cidades médias ligadas às formas modernas de

produção e consumo, enquanto, simultaneamente, as metrópoles acabam por apresentar inúmeras atividades informais e acolher um crescente contingente de pobres urbanos.

Santos (1993) afirmou que esse processo, pelo qual o Brasil passou na década de 1980 e início de 1990, de transformação do espaço, foi um “fenômeno paralelo de metropolização e desmetropolização”. Esse fato teve continuidade até os dias atuais, e, segundo Silveira (2003, p. 34), esse novo conteúdo da urbanização brasileira nos informa que,

(...) de um lado, as cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias, cresce também o trabalho intelectual, além do fato de que, em regiões de agricultura moderna, o crescimento econômico, por várias razões, é maior que nas respectivas metrópoles. De outro lado, teríamos uma involução metropolitana, no sentido de que o grande número de pobres urbanos cria o caldo de cultura para que, sobretudo nas grandes cidades, vicejem formas econômicas menos modernas, dotadas de menor dinamismo e com menor peso nas estatísticas de crescimento econômico.

Santos (1993, p. 75) enfocou com mais precisão a involução metropolitana e afirmou, no início dos anos 90, que

(...) as cidades tocadas pelo processo de modernização agrícola ou industrial típico do período técnico-científico conhecem um crescimento econômico considerável, ao passo que é nas grandes cidades que se acumulam a pobreza e atividades econômicas pobres, uma reversão em relação ao período anterior. O interior modernizado se desenvolve e as metrópoles conhecem taxas de crescimento relativamente menores. Daí a nossa designação de “involução metropolitana” que, de alguma forma, defronta a antiga noção de “involução urbana”.

Com isso, podemos perceber que o crescimento das cidades médias é muito complexo de se entender, se for explicado somente pelo fato da desconcentração industrial e populacional no país. Assim, também se podem englobar os fatores sociais e culturais nas várias formas de dispersão da população pelo território nacional. E, como disse Santos (1993, p. 76), “a metrópole não para de crescer. Mas outras áreas crescem mais depressa. A metrópole continua sendo o grande polo econômico, ao passo que a pobreza e os problemas correlatos se avolumam”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi o de mostrar a evolução das cidades médias no Brasil, para tentar responder ao questionamento se essas cidades estão fazendo o papel de espraiamento espacial da riqueza nacional. Por meio das tabelas, mapas e

texto apresentados foi possível fazer uma reflexão do papel das cidades médias na economia nacional, na qual se tornou claro, de certa forma, o crescimento e o espraiamento dessas cidades por todo o país.

Foi possível perceber a grande evolução das cidades médias não metropolitanas, que apresentaram índices elevados na participação da população total do país. Já as cidades médias metropolitanas cresceram, mas não tão expressivamente. Todavia, por tratar-se de áreas mais densamente urbanizadas do território nacional, espera-se que as cidades médias apresentem condições de se adaptar às novas exigências indispensáveis aos novos modos de produção. Dessa forma, será possível fazer e executar projetos de planejamento urbano para que não ocorram ou minimizem os problemas causados pela urbanização, que causaram e ainda são problemas de difícil solução nas grandes aglomerações populacionais, como as metrópoles.

Observou-se, também, que algumas cidades médias que apareceram no Mapa 1, em 1970, não apareceram no Mapa 2, em 2000. Esse tipo de fenômeno pode ter ocorrido por motivos extremos como o incremento da população ultrapassando o limite superior de 500 mil habitantes, ou, em caso específico, por serem cidades essencialmente agrícolas e que, na década de 70, ocupavam muita mão de obra. Essas cidades por sua vez perderam população devido principalmente ao êxodo rural causado pela tecnificação, ficando, assim, abaixo dos 100 mil habitantes, e/ou ainda pela emancipação de alguns municípios.

Outros fatores que geraram esse tipo de fenômeno, são as proximidades geográficas com as atuais regiões metropolitanas. A desconcentração industrial foi uma das causas responsáveis, se não a mais importante, pela evolução das cidades médias, localizadas nas proximidades das regiões metropolitanas, e, conseqüentemente, do crescimento delas pelo território nacional.

Através do aumento de cidades médias no Brasil, pode-se dizer que houve certo processo de desconcentração dos grandes centros urbanos, processo esse que se intensificou a partir dos anos 80. Pode-se inferir que as cidades médias serviram como "diques" de contenção dos fluxos migratórios dos grandes centros urbanos, podendo aqui inferir-se que esse processo pode ter contribuído para o não aumento dos níveis de pobreza e de violência nas últimas décadas nesses centros. Destarte, fica evidente que o espraiamento espacial da riqueza nacional nos últimos anos é apresentado, sim, de forma descentralizada, pelas cidades médias, fato que justifica o aprofundamento de novos estudos e de novas pesquisas em cidades deste porte.

Are medium-sized cities responsible by the spatial spreading of the national wealth?

ABSTRACT

The analysis of this kind of city is fundamental to public policy development related to the containment of migration toward urban centers in the country and to regional planning, in other words, to the local development policies implementation, aiming for urban and financial decentralization in Brazil. The results analyses have demonstrated the medium-sized cities increasing, both in absolute numbers and in the total population participation, facts that can be explained mainly by the industrial decentralization from São Paulo State, thus causing a major spreading of medium-sized cities within the Brazilian territory and, consequently, in a greater spreading of national wealth.

Key-words: Medium-sized Cities, Urbanization, Metropolitan Regions, Census, Brazil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliza Pinto de. Interiorização. In: SANTOS, Milton. **Construção da nação: ocupação do território**. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/consnac/ocupa/apresent/index.htm>>. Acesso em: 23 jan., 2005a.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Cidades médias e a organização do espaço no Brasil. **Revista Geografia e Ensino**. Belo Horizonte, v. 2, n. 5, p. 5-34, 1984.

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.

_____. Distribuição espacial do emprego e do produto industrial na década de 90: possibilidades atuais para a sua investigação. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001a. p. 337-393.

_____. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001b. p. 129-170.

_____. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. (Relatório de pesquisa do projeto "Crescimento econômico e desenvolvimento urbano"). Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

ANDRADE, Thompson Almeida; LODDER, Celsius Antônio. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979 (Coleção Relatórios de Pesquisa, 43).

ANTICO, Cláudia. Mobilidade populacional diária no município de São Paulo. In: XII Encontro nacional de estudos populacionais da ABEP. Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v. 1, 2000.

AZZONI, Carlos Roberto. **Indústria e reversão de polarização no Brasil: o caso do Estado de São Paulo**. São Paulo, Tese (Livre Docência em Economia) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 1985.

BAENINGER, Rosana Aparecida. Novos Espaços da Migração no Brasil: Anos 80 e 90. In: XII Encontro nacional de estudos populacionais da ABEP. Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v. 1, 2000.

_____. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Belo Horizonte - MG, v. 15, 1998.

BERNARDES, Adriana. Cidades Médias. In: SANTOS, Milton. **Construção da nação: ocupação do território**. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/consnac/ocupa/procurb/cmedias/index.htm>> Acesso em: 12 jul., 2004.

BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia Guimarães; AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima. A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas. Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP – GT Migração. **Anais...** 2001. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=362&nivel=1&texto_id=2092>. Acesso em: 18 dez., 2004.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. El rostro de la urbanización en América Latina y el Caribe. Serviço de informação da CEPAL – Comunicado de imprensa. In: **Conferencia regional sobre el programa de Hábitat**. Chile, 2000. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/1/5041/P5041.xml&xsl=/prensa/tpl/p6f.xsl>>. Acesso em: 20 abr., 2005.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.3, n. 1, p. 35-64, set. 1993.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de informações recuperadas georeferenciadas – Estatcart**: base de informações. [Cd-rom]. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.

IPEA; UNICAMP.IE.NESUR; IBGE. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Ipea/Unicamp.IE.Nesur/Ibge (Orgs.). – Campinas: Unicamp.IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 3).

KON, Anita. Novas territorialidades: transformações nas hierarquias econômicas regionais. **Revista Pesquisa e Debate**. São Paulo, v. 10, n. 1(15), p. 42-76, 1999.

- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LENCIONI, Sandra. **Reestruturação urbano-industrial**: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1991, 286p.
- LIMA, Renato da Silva. Expansão urbana e acessibilidade: o caso das cidades médias brasileiras. (Dissertação de Mestrado) Universidade de São Paulo – Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos: USP, 1998.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. O fenômeno migratório no Brasil. Instituto Migrações e Direitos Humanos e Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Brasília: 2002. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticias/7550.asp?lang=PT&cod=7550>>. Acesso em: 15 mar., 2005.
- MOURA, Rosa. Paraná: meio século de urbanização. **Revista RA'E GA**, n. 8, p. 33-44, Curitiba: Editora UFPR, 2004.
- MUMFORD, Lewis, **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- PACHECO, Carlos Américo. **Novos padrões de localização industrial?** Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão n. 633)
- PATARRA et al., 2000 PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana; CUNHA, José Marcos P. Dinâmica demográfica recente e a configuração de novas questões populacionais. In: PACHECO, Carlos A.; PATARRA, Neide. (Orgs.) **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Campinas: Unicamp.IE, 2000.
- PEREIRA, Fabiano Maia. Cidades médias brasileiras: uma tipologia a partir de suas (des)economias de aglomeração. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 11ª edição. São Paulo: Ed. Best Seller, 2002.
- SANTOS, Milton. A nova urbanização: diversificação e complexidade. In: SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 53-61.
- _____. A região cresce mais que a metrópole. In: SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 53-77.
- SASSEN, Saskia. A nova economia urbana: a interpretação dos processos globais com a localidade. In: SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998. p. 75-102.
- SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Cidade, corporação e periferia urbana**: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 242p.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no Sul do Brasil. In: I Simpósio Internacional Cidades Médias: dinâmicas econômicas e produção do espaço urbano. **Anais**. Presidente Prudente: Unesp, 2005.

STAMM, Cristiano. Análise dos fatores que influenciaram a localização das indústrias no Estado do Paraná. (Relatório de Pesquisa – Pibic/CNPq). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Campus de Toledo, 2003.